



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às 19h30min do dia 20/10/15, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Jorge Santos, deixou de reunir-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou aberta a reunião, com o objetivo de discutir o “Projeto de Lei de revisão do Plano Plurianual 2014-2017, nas Áreas de Resultado: Cidade Saudável; Educação; Cultura; Cidade de Todos; Prosperidade; Modernidade”. Registre-se que esta audiência realizou-se em cumprimento do disposto no Requerimento de Comissão nº 606/15, de autoria do vereador Jorge Santos. Passaram a compor a mesa: 1) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Bruno Leonardo Passeli; 2) a secretária municipal adjunta de direitos da Cidadania, Gláucia Costa Brandão; 3) o secretário municipal de Saúde, Fabiano Geraldo Pimenta Júnior; 4) o secretário municipal adjunto Educação, Afonso Celso Renan Barbosa; 5) o secretário municipal de Desenvolvimento, Eduardo Prates Octaviani Bernis. Registre-se a presença do vereador Pedro Patrus. O secretário adjunto Bruno Passeli procedeu, por meio de eslaides, à exposição “Plano Plurianual de Ação Governamental - Proposta de Revisão 2016-2017” - áreas de resultado Cidade Saudável, Educação, Cultura, Cidade de Todos, Prosperidade e Modernidade. Quanto à estimativa das receitas para o período de 2016 a 2017, informou serem baseadas nos índices de crescimento econômico do País e nos índices inflacionários indicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - de 2016. Observou que essa estimativa considera esforços de combate à sonegação fiscal, a redução do estoque da dívida ativa, a previsão, no Orçamento da União, de continuidade dos repasses aos Estados e Municípios, para novos investimentos e garantia de continuidade de



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projetos em andamento, a previsão de recursos de operações de crédito para financiamento de investimentos, bem como o repasse de depósitos judiciais ao Município. No que tange às receitas relativas ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2016-2017, demonstrou os valores atinentes a 2015, 2016 e 2017, relativos às receitas correntes, de capital, intraorçamentárias correntes, intraorçamentárias de capital, as receitas correntes relativas à dedução para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, bem como as receitas totais dos mencionados exercícios. No que tange à origem dos recursos do PPAG para o período mencionado, chamou atenção para os totais a 2016 e 2017, acima de R\$12 milhões. Quanto às despesas, destacou, entre as previstas, aquelas relativas a pessoal e encargos, a juros e encargos da dívida e as referentes a outras despesas correntes. No que se refere às áreas de resultado, destacou Cidade Saudável, Modernidade e Educação, por apresentarem os percentuais mais significativos do Orçamento, 32,2%, 21,77% e 14,99%, respectivamente. Quanto às despesas por área de resultado, observou que as áreas Cidade Saudável e Educação possuem os maiores volumes de destinação de recursos. Passou à exposição sobre as áreas de resultado. Informou que a Cidade Saudável possui 10 programas, sendo 5 sustentadores, a saber: Hospital Metropolitano, Gestão e Regionalização da Saúde, Saúde da Família, Recomeço e Melhoria do Atendimento Hospitalar e Especializado. No que tange aos principais indicadores, nessa área de resultado, chamou a atenção para a diminuição da mortalidade infantil, para o alcance da meta de redução drástica da taxa de internação de crianças com menos de um ano de idade por desnutrição, em Belo Horizonte, no período de 1998 a 2013. Destacou a evolução da cobertura do Programa Saúde da Família - PSF - no período de 2006 a 2014. Quanto às principais metas e resultados previstos, informou a existência de 148 centros de saúde, a previsão de edificação de 22 novos e substituição de 55 por novas unidades; atuais 63 academias da cidade e previsão para que esse número chegue a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

100 até 2017. Citou os seguintes resultados previstos: implementação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, implantação da Maternidade Venda Nova e de maternidade do Hospital Odilon Behrens, tratamento do tabagismo expandido para todos os centros de saúde, implantação do Disque Saúde Criança, ampliação do Serviço de Atenção Domiciliar - SAD - para 30 equipes de atendimento, ampliação também do número de consultórios de rua, de 4 para 11. Quanto aos valores previstos para a Cidade Saudável, chamou a atenção para seu crescimento ao longo dos 3 anos, 2015, 2016 e 2017. No que tange à área de resultado Educação, informou possuir quatro programas, sendo três sustentadores, a saber: Expansão do Ensino Infantil, Expansão da Escola Integrada e Melhoria da Qualidade da Educação. Quanto aos principais indicadores relativos ao Índice de Educação Básica - Ideb - para os anos iniciais e finais da rede de ensino municipal em Belo Horizonte, nos anos 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, observou que a PBH tem sempre cumprido ou ultrapassado a meta prevista. Quanto às metas e resultados previstos para 2016 a 2017, destacou a previsão de totalizar 149 Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEIs, com o objetivo de promover a universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos. Na Educação Infantil, destacou também o atendimento ampliado para mais de 45 mil vagas na rede própria e mais de 24 mil na rede conveniada. No Ensino Fundamental, noticiou a intenção de ampliar o número de participações para 1,5 milhão no Programa Escola Aberta, para 100 mil na Escola nas Férias e, de 65 mil para 90 mil participações na Escola Integrada; bem como a oferta de 2 mil vagas por ano de ensino de Música, atendimento de 98 mil alunos por ano pelo Saúde na Escola e, no que tange à Política de Alfabetização, 100% das crianças de oito anos lendo. Acrescentou que o transporte escolar acessível para atendimento a estudantes com deficiência motora e sem capacidade de deambulação, na rede municipal de Educação, foi ampliado e garantido o atendimento a 100% da demanda. Quanto aos valores previstos para a área de resultado Educação, chamou sua atenção para a redução, de 2015 para 2016, e esclareceu que



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

isso se deve à diminuição da quantidade de obras em escolas, por se encontrarem, em sua maioria, construídas ou reformadas. Quanto à área de resultados Cidade de Todos, informou a existência de 13 programas e dos 4 seguintes sustentadores: BH Cidadania e o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, Promoção do Esporte e do Lazer, Programa de Atendimento ao Idoso e Direito de Todos. No que se refere aos principais indicadores, observou que a meta de diminuição da proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza em Belo Horizonte relativa a 1991, 2000 e 2010 foi alcançada. Informou a existência de 300 academias a céu aberto e a intenção de atingir o quantitativo de 490 até o ano de 2017. Quanto às principais metas e resultados previstos, citou: o Programa Cuidado Especial, para atendimento a 120 pessoas com deficiência; o Centro Dia - Centro de Referência para Pessoa com Deficiência, com atendimento a 150 pessoas por mês; a ampliação de atendimento do Projeto Família Cidadã: BH sem Miséria, de 750 para mais de 3 mil famílias; o Projeto Cuidador, para atendimento a 584 pessoas idosas; as ampliações do atendimento do Centro de Referência da Pessoa Idosa, de 20 mil para 25 mil atendimentos por ano, às mulheres vítimas de violência - 540 atendimentos por ano, e ao meio passe para estudantes do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - Eja, de 14 mil para 20 mil alunos beneficiados. Quanto aos valores previstos para 2015, 2016 e 2017, chamou a atenção para o aumento desses a cada ano. No que tange à área resultado Cultura, informou que ela possui 4 programas e 1 sustentador, o Rede BH Cultural. Quanto aos principais indicadores, destacou que o público total dos projetos executados pela Fundação Municipal de Cultura 2011-2014 dobrou do primeiro para o último ano do período. No que tange às principais metas e resultados previstos, informou a intenção de revitalização de 8 centros culturais e/ou bibliotecas municipais até 2017, a implantação do MIS CINE Santa Tereza, a promoção, em 2016, do Concurso de Literatura *João de Barro* e, em 2016 e 2017, o Concurso de Literatura *Cidade de Belo Horizonte*. Informou também a pretensão de realização dos seguintes eventos: em 2016,



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o Festival Internacional de Teatro - Fit; em 2016 e 2017, a Virada Cultural; e em 2017, o Festival Internacional de Quadrinhos e o Festival de Arte Negra. No que concerne aos valores previstos para a área de resultado Cultura, atribuiu sua redução, no decorrer dos anos, à diminuição da quantidade de obras. Quanto à área de resultado Modernidade, destacou as seguintes metas e resultados previstos: disponibilização de *internet* Banda Larga em áreas de vilas e favelas - ampliação de 43 para 50 áreas - e implantação das centrais BH Resolve Barreiro e Venda Nova. No que tange à área de resultado Prosperidade, informou as principais metas e resultados previstos: integração do Município com a Política Metropolitana de Atração de Investimentos; capacitação de 3 mil empreendedores em todas as regionais por meio do programa BH Negócios; implantação de novo centro de convenções no Município; e criação de 6 circuitos e roteiros turísticos. O secretário municipal adjunto de Assistência Social, Marcelo Alves Mourão, passou a compor a mesa. O vereador Pedro Patrus disse lamentar a ausência de outros vereadores a esta audiência pública, por considerá-la uma oportunidade para discutirem o assunto em apreço. Considerou que existem metas não atingidas. Pediu esclarecimentos sobre a distribuição de valores a serem aplicados nas áreas de resultado. Perguntou se apenas R\$169 milhões seriam destinados ao Fundo de Assistência Social. Apontou a necessidade de criação de novos núcleos de assistência social, a proposição de metas relativas ao programa Bolsa Moradia e a acolhimento institucional direcionado para criança e adolescente. Considerou irrisórios os valores destinados ao custeio da meta relativa ao Programa BH contra a Homofobia. Avaliou apresentar as metas não atingidas, para uma análise conjunta de quais demandas podem ser atendidas, por ser tão relevante quanto divulgar as metas alcançadas. Saliou sua disposição ao diálogo e a sempre realizar uma oposição em favor de Belo Horizonte. O presidente passou a palavra para o público. Antônio Carlos de Oliveira, integrante do movimento Observatório Social de Belo Horizonte - OSBH, comentou que a obra de construção de uma Umei na Rua Tomaz Brandão, no Bairro Jardim



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Montanhês, permanece desativada. Alertou que o local encontra-se em situação de abandono, advertiu para o risco de sua invasão por criminosos e pediu esclarecimentos sobre essa obra. O vereador Pedro Patrus observou que o requerimento que originou esta audiência solicita esclarecimentos sobre alterações de propostas no PPAG e respectivas justificativas. Disse não ter percebido explicações nesse sentido. Retornada a palavra para o público, o assistente social Geraldo Lourenço perguntou se as Umeis programadas encontram-se concluídas ou sua construção está prevista para 2016 ou 2017; se existe previsão de construção de novas unidades. Pediu que, se não há previsão, seja informado se a PBH atingiu a meta relativa a essa demanda. Considerou que a exposição sobre a área de resultado Cidade de Todos foi apresentada de forma sucinta e dificultou entender se o planejamento dessa área tem sido cumprido. Observou que não houve descrição de metas relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social. Disse ter percebido que mais de 60% dos recursos destinados à área de Assistência Social são direcionados para o custeio de ações intersetoriais, o que gera, a seu ver, risco de inviabilizar a implantação de novos equipamentos específicos dessa área. Thiago Costa, participante do Centro de Luta pela Orientação Sexual, apontou a necessidade de destinação de mais recursos para o Programa BH sem Homofobia, por considerar irrisórios os valores a ele destinados e alto o número de atendimentos realizados por esse programa. Perguntou se existe proposta de criação de conselho municipal atinente ao movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT. O secretário municipal adjunto Bruno Passeli antecipou a possibilidade de divulgação, nas próximas apresentações, de informações sobre as alterações ocorridas nas metas propostas para o PPAG em relação a planejamentos anteriores. Passou a palavra para o secretário municipal Marcelo Mourão. Este, referindo-se ao Programa BH Cidadania, comentou que, da meta estabelecida de implantação de 72 conselhos regionais de Assistência Social - Cras, 34 foram implantados. Afirmou que os recursos destinados ao Fundo de Assistência Social são superiores a R\$169



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

milhões. Comentou que, tendo em vista a dificuldade de financiamento dessa ação em parceria com os governos estadual e federal, a implantação dos núcleos tem ocorrido para atender estrategicamente demandas de locais específicos. Salientou a expectativa de que seja estabelecida uma meta de implantação de 54 núcleos, sem parceria de financiamentos estadual e federal, mas antecipou haver dificuldades para alcançar tal meta. Afirmou que, na área de Assistência Social, cada unidade de atendimento atende até 15 crianças e que não há criança sem atendimento no Município. Apontou a necessidade de estabelecer uma percentual do Orçamento para ser aplicado em políticas de assistência social, para garantir o cumprimento adequado das metas estabelecidas. Comentou que as ações de capacitação realizadas pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social apresentam-se bastante eficientes em relação ao público que atende, tendo em vista as especificidades desse público. Considerou importante que, futuramente, esse atendimento seja realizado também pela Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego - Smates. Quanto às vagas para atendimento pelo Programa Bolsa Moradia, comentou que existem em quantidade fixa e nem sempre se encontram ocupadas. Explicou que, em virtude da instabilidade social do público atendido, alguns beneficiários, em razão de situações transitórias, não ocupam suas vagas, mas não a perdem de imediato. Observou que tem havido sempre maior quantidade de beneficiários do que de vagas, para evitar que fiquem ociosas. O secretário municipal Eduardo Bernis comentou que o treinamento e capacitação de mão de obra resulta do trabalho conjunto de secretarias. Afirmou que, este ano, houve concentração de esforços para otimizar os resultados das ações de treinamento e capacitação. Informou existirem cursos ministrados diretamente pela PBH. Mencionou a recente incorporação, para a realização dessas ações, da Escola Municipal Raimunda da Silva Soares, localizada no aglomerado Pedreira Prado Lopes. Comentou que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - são parceiros da PBH nessas ações de capacitação. O



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

secretário adjunto Bruno Passeli informou que existe uma política de combate às drogas, de que compete à Secretaria Municipal de Governo, que se encontra na “função 8”. Comentou que, para o custeio de qualificação profissional, o Fundo de Assistência Social contribui com R\$7,3 milhões, e a Smates com R\$7,8 milhões, para o custeio de ações direcionadas para qualificação profissional, sendo esses os principais provedores. O secretário adjunto Afonso Celso esclareceu que, das 149 Umeis previstas para serem implantadas até 2017, 119 encontram-se em funcionamento. Considerou satisfatória a implantação de 149 unidades de educação infantil até 2017. Enfatizou a importância da parceria da PBH com creches conveniadas, com o governo municipal e escolas de ensino fundamental, para atendimento na área de Educação Infantil. Observou que, na estratégia de utilizar escolas de ensino fundamental, tomam-se os devidos cuidados, por tratar-se de acolhimento de crianças em locais onde há adolescentes. Comentou que a implantação de Umeis tem permitido migrar os atendimentos para locais mais adequados. Referindo-se à legislação sobre a obrigatoriedade de prestação de serviço de Educação, afirmou que o Município tem cumprido o que é de sua competência. Afirmou que existe uma meta de construção de 4 a 5 Umeis anualmente e que, em virtude dos convênios firmados com creches, tem sido alcançado o quantitativo de atendimento equiparado ao de 25 unidades por ano. Saliou a expectativa de totalizar 126 Umeis, ficando as demais a serem implantadas com base em planejamento orçamentário e observação do crescimento populacional. Referindo-se à reclamação de Umei não concluída no Bairro Jardim Montanhês, informou que há previsão para término dessa obra em maio de 2016. Disse acreditar que o governo municipal conseguirá atender a previsão legal de atendimento, na área de Educação Infantil, de 50% das crianças de até 3 anos de idade. Disse ter sido realizada pesquisa que aponta para a existência de 3 mil a 4 mil crianças de 3 a 4 anos sem atendimento e afirmou que há planejamento para atender a esse quantitativo. A secretária municipal adjunta Glaucia Brandão considerou um avanço a implementação do Programa BH





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sem Homofobia. Ponderou que a proposta de criação de conselho municipal e coordenadoria direcionados para esse tema ficou prejudicada, por coincidir com um contexto de reforma administrativa e crise econômica, sendo então adiada. Comentou ter sido criado, como alternativa, um comitê. Disse acreditar que a criação da mencionada coordenadoria e do conselho não ocorrerá nesta gestão. Declarou seu apoio à causa defendida pelo movimento LGBT e destacou a importância de sua atuação. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu o comparecimento de todos, e declarou encerrados os trabalhos às 20h47min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente: .....

<p style="text-align: center;"><b>ATA APROVADA</b>          (art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)          distribuída em avulso, no dia <u>25/11/15</u>, não          foi apresentada impugnação no prazo regimental.  <u>30/11/16</u>          _____          Presidente</p>
--